



MANIFESTO DO TROPICO DE CAPRICÓRNIO

**Manifestações frente à Emergência Climática para os Países-Partes da COP26,
por movimentos sociais do Estado de São Paulo**

***Diálogo Remissivo à RIO + 20:
Manifesto do Trópico de Capricórnio
frente à Emergência Climática***



***Carta do Povo
da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Serra da
Mantiqueira e Litoral Norte para
a Cúpula do Clima (COP26) no Reino Unido***



***Carta do Sudoeste da
Região Metropolitana de São Paulo para a COP26***



Manifestações frente à Emergência Climática para os Estados membros da COP26, por movimentos sociais do Estado de São Paulo com a participação de lideranças nacionais, em eventos preparatórios para a COP26 intitulados Jornadas Preparatórias para a COP26.

1 - DIÁLOGO REMISSIVO À RIO + 20: MANIFESTO DO TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

PROAM-Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental
Coletivo de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo

2 - CARTA DO POVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA, SERRA DA MANTIQUEIRA E LITORAL NORTE (SP-BRASIL) PARA A CÚPULA DO CLIMA (COP 26) NO REINO UNIDO

Entidades e movimentos sociais do Vale do Paraíba,
Serra da Mantiqueira e Litoral Norte

3 - Carta do Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo para a COP26

Movimentos, Organizações Não Governamentais e
Coletivos em Defesa do Meio Ambiente do
Sudoeste da Região Metropolitana da Cidade de São Paulo

Documento encaminhado à
Alok Sharma - Secretário Executivo da COP26
António Guterres - Secretário-Geral da ONU

"Dear Mr. Alok Sharma

Congratulating the British government on conducting the COP26 in Glasgow, UK, we got in touch to inform the COP26 presidency about structured manifestations of civil society in Brazil, with an emphasis on the challenge of the climate emergency, facing the gap caused by our federal government that dissociates itself from the science and legitimate representations of Brazilian society.

In the impossibility of a qualified government representation, whose space was captured by sectors of Brazilian agribusiness, among these most backward representations, we forwarded the Manifesto of the Tropic of Capricorn, which brings three different approaches from social movements of the State of São Paulo, region with the largest economic activities and also the biggest anthropocentric impacts in Brazilian territory.

The Manifesto reports structural aspects of the Brazilian environmental area and brings recommendations to COP26 conclusions. We request that this document be included in the COP26 proceedings and conclusions".

São Paulo, november 11th, 2021

DIÁLOGO REMISSIVO À RIO + 20:

MANIFESTO DO TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Uma releitura desde a RIO+20 para a CONFERÊNCIA DAS PARTES - COP26, em GLASGOW, no Reino Unido, sob a ótica de movimentos sociais

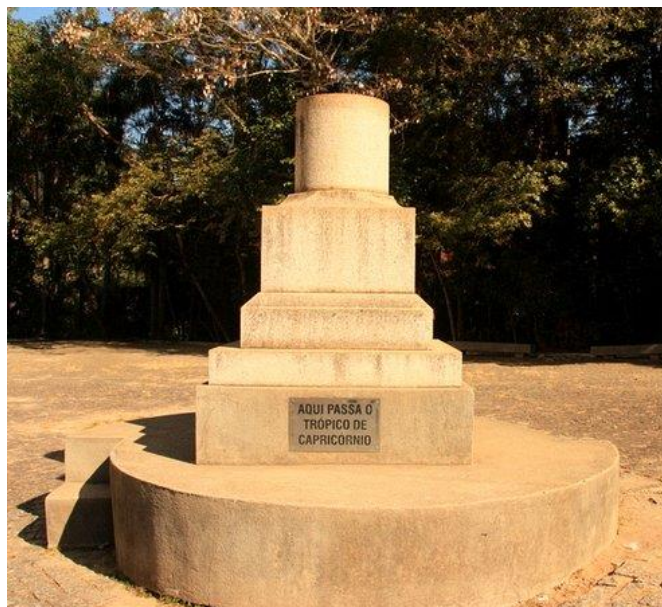
“Sob a linha do Trópico de Capricórnio, que corta o Estado de São Paulo, nos reunimos para avaliar a crise civilizacional da emergência climática em que estamos mergulhados.”

I - São Paulo de Piratininga, biosfera no Trópico de Capricórnio.

Sobre a biosfera, ao Sul do Equador, o homem criou a linha imaginária do Trópico de Capricórnio, que corta o Estado de São Paulo. Aqui nos reunimos por diversas vezes durante os meses de outubro e novembro de 2021 para avaliar a emergência climática que surge no bojo da crise civilizacional em que estamos mergulhados.

Nesta linha criada para orientar conquistas para divisão do mundo, que só fazem sentido para os que se arvoram descobridores, questionamos o que é a civilização humana, que descobre e precifica a biosfera?

Como pode a humanidade dar preço à Reserva da Biofera de São Paulo? Quanto pode custar, em qualquer moeda, nossa Onça-Pintada e nosso clima com chuvas constantes e amenas, relatadas por José de Anchieta a seu prior em Portugal? Quanto valem os saberes tradicionais?



Ouçam-nos, povos denominados Partes: este universo tropical cingido pelo marco do Trópico de Capricórnio é também esquina do mundo. Abriga um caleidoscópio de raças, culturas, religiões, crenças e credos, em um universo vivo, vivo como o planeta Terra!

Então, como pode nosso solo virar *commodity*? **Ouçam-nos**, Povos-Partes do Norte, a felicidade não é maquinaria e a vida não é mentira muitas vezes repetida, de materialidade impingida! Sob este sagrado solo capricorniano, *ethos* de tantas raças e credos, PROTESTAMOS !

Ouçam-nos ambientalistas: o Relatório *Blundtland*, bíblia ambientalista esgarçada pela pasteurização da sustentabilidade, tinha aguda percepção social quando denunciou a espoliação a que são submetidos os países abaixo da linha do Equador: as raízes da crise estendem-se desde um sistema econômico mundial QUE AGORA INCENDEIA O CLIMA dos continentes pobres.

Sucessivas cúpulas globais introduziram no imaginária da sociedade humana o termo “sustentabilidade”. Quem não se intitula sustentável? Como pode o atual governo do Brasil de intitular “verde”, quando apenas alardeia *greenwashing*? Como poderá se justificar perante os povos?

Diante da emergência climática e da crise civilizatória, adotemos: “sobrevivência”, com desenvolvimento sem comprometer a matriz energética do planeta, sem ações de elevada entropia, desenvolvimento econômico com responsabilidade ética e política, equidade e justiça ambiental e intergeracional; respeito e manutenção da diversidade cultural.

II – Guerra e Paz: dominação da natureza

Dominação e subserviência estão presentes em nossos tempos: durante quatro anos, Cândido Portinari produziu a obra-prima *Guerra e Paz no Brasil*. Consagrou sua vida a ele e morreu, envenenado pela matéria-prima de sua criação, a tinta a óleo. Na inauguração da obra magistral, na sede das Nações Unidas, o artista foi convidado a não comparecer por motivos ideológicos.

Como Portinari, continuamos a produzir alimentos e *commodities* para o mundo, à custa da devastação da biosfera e do Clima.



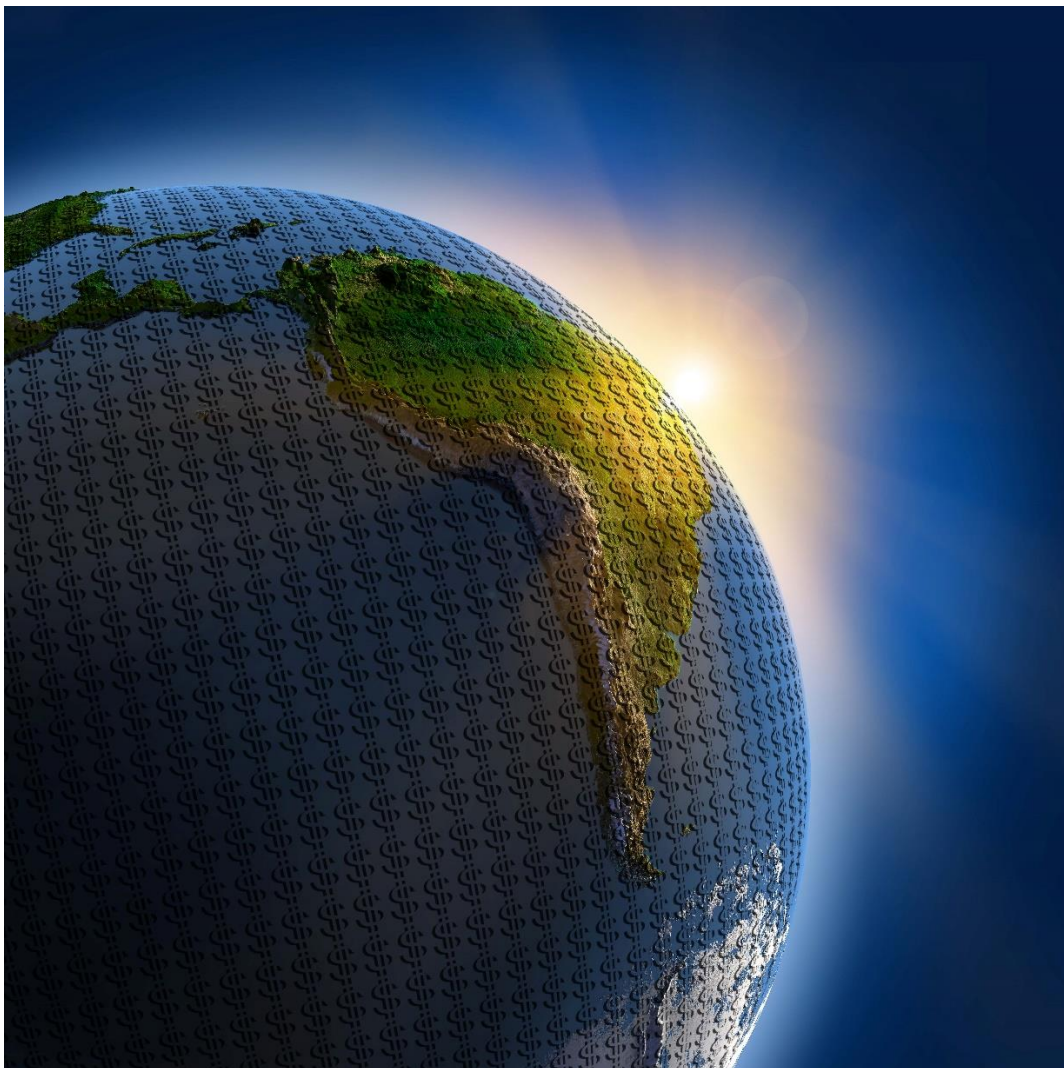
Guerra e Paz – Cândido Portinari

Acordem, Países-Partes, pois uma profunda crise se abate sobre o gênero humano: a emergência climática cavalga sobre nossas cabeças, em uma crise civilizatória sem precedentes. Neste início de Antropoceno, processos vitais em escala planetária são atingidos pela predação das grandes corporações de combustíveis fósseis, que permanecem intocadas, acobertadas nos PIBs dos governos, gerando mais e mais externalidades que minam a segurança humana.

Devemos reconhecer que o capitalismo, onde quer que tenha entrado, deixou legado contraditório, saga perversa de ruptura social e climática, generoso em ser excludente e produtor de injusta distribuição de renda entre e dentro dos países.

Ouçam-nos, Países-Partes, pois a crise e a emergência em que estamos mergulhados não aceita mentiras, soluções simplistas ou intervenções pontuais. Façamos, então, as intervenções na realidade, de forma estruturante, com Ciência, transformando em profundidade as matrizes do pensamento humano. É preciso um novo paradigma civilizatório!

III – A dança das moedas na Emergência Climática



Arte do PROAM sobre o processo civilizacional e a mercantilização da natureza na RIO + 20

Acordem, Países-Partes! A crise civilizacional que atravessamos não pode se resumir a uma modelagem verde, a uma nova roupagem para a voracidade de Midas! **Acordem**, pois diante da EMERGÊNCIA CLIMÁTICA não podemos admitir medidas reducionistas. Chega das entranhas políticas dissimuladas e hipócritas que enfraquecem e esgotam o tempo que resta de possibilidades reais para a sustentabilidade!

Ouçam o brado dos povos tradicionais pela saúde das florestas, dos oceanos e outros ecossistemas, que vem gritando fortemente desde Paris, da COP 21. Abandonem essa abordagem linear e simplista que já provou ser incorreta, porque não atinge o âmago da questão e não produzirá efeitos minimamente satisfatórios, sem que ocorra uma forte expressão de cidadania planetária, como direito à informação e participação, num vigoroso controle social para a governança global.



Manifesto dos povos indígenas durante a Conferência de Paris

Ouçam-nos Países-Partes, sobre a chamada economia verde, que não é nem economia e nem verde e poderá se transformar em poderoso instrumento de maior mercantilização da natureza e de concentração de poder econômico, por meio dos grandes conglomerados transnacionais monopolistas. Nos trópicos brasileiros, terra sábia do reconhecimento dos Direitos Difusos, não pode ter preço o que é bem-comum do povo. Acreditamos serem estes os desígnios que também outros povos anelam.

Acordem, pois precisamos de real inovação, sem mais maquinaria e fixação em tecnologia! Então perguntamos: ciência para quê e para quem? Para o benefício do homem ou para viabilizar processos de acumulação? Propostas mais corajosas e honestas recomendariam a adoção de outros conceitos e modelos de produção como elementos e formas para mediar avanços civilizacionais. Pobre Produto Interno Bruto, cheio de externalidades que não se internalizam! Pobre PIB, quando envenena o clima e sufoca comunidades de outros países.

Ouçam-nos: para medir desenvolvimento esqueçam o PIB e considerem indicadores econômicos e sociais para a promoção da saúde, do ambiente e da sociedade. Este momento histórico aponta para os valores fundamentais da sociedade. Novos paradigmas para um novo e saudável modelo civilizacional, enfatizando qualidade de vida e suficiência material, solidariedade humana e equidade global, além da afinidade com a natureza e a sustentabilidade-sobrevivência ambiental.

Defendemos novos paradigmas que validem a solidariedade global, a fertilização cultural e a conectividade econômica, buscando uma transição libertária, humanística e ecológica. A compulsão das sociedades humanas para um crescente consumo material deve ser substituído por comportamentos lastreados na ética para com a sociedade e a natureza, com valores mais nobres que propiciem vida plena, privilegiando relacionamento, amizade, companheirismo, solidariedade, cooperação, responsabilidade, criatividade, vida comunitária, natureza, espiritualidade e qualidade de vida. Na raiz da questão, repousa a indagação sobre o autoconhecimento, o que leva o homem a ser. Ter, possuir é poço sem fundo revelador, espírito insaciável: mal de Midas, cuja inanição ocorre na abundância.

Então ouçam-nos, Países-Partes: defendemos a simplicidade solidária e voluntária! O novo marco civilizatório vislumbra a evolução do ser humano de *homo faber a homo ludens*, onde a prosperidade e o bem-estar podem ser promovidos sem expansão econômica e sem intervenções de elevada entropia e, assim, sem sobrecarregar a matriz energética planetária. É preciso ser ético e responsável com a biosfera e com a humanidade.

IV – Reconhecer raízes, valorizar a essência

Ouçam-nos, pois saberes, valores e conhecimentos tradicionais tampouco podem ser desprezados nesta caminhada. É necessário resgatar a cultura que está sendo desprezada e massacrada neste Continente profundo, das planícies litorâneas, passando dos planaltos interioranos ao recôndito da Amazônia e aos paramos andinos, cercados das neves eternas, também ameaçadas. Temos neste continente Sul, e ao redor do mundo, muitos conhecimentos, modos de vida tradicionais que devem ser preservados, até pela sua importância para a cultura, identidade, ciência, e para a proteção da biodiversidade e recursos naturais.

Já estão inscritos aspectos desta questão nos tratados de Biodiversidade (CDB). As leis são pródigas e as Constituições são robustas, bastando observá-las e concretizá-las. Mas ainda há cegueira no campo dos valores, onde se fazem necessários processos e movimentos de resistência que encaminhem a luta por reconhecimento e efetivação de direitos.

A relação entre a proteção da água, da biodiversidade e da sociedade humana não podem ser negadas. Temas como repartição de benefícios resultante dos conhecimentos genéticos associados às populações tradicionais e ao reconhecimento aos direitos territoriais destas populações são de difícil solução, principalmente quando cotejados com uma perspectiva estritamente preservacionista de proteção da biodiversidade.

Ouçam-nos sobre os chamados ‘conhecimentos tradicionais’, que só poderão ser utilizados enquanto existirem as assim chamadas populações tradicionais, o que, por sua vez, só é possível com a sua permanência em território próprio, onde possam manter e desenvolver sua cultura e suas tradições. Os documentos internacionais, não lhes asseguram, na prática, direitos ao território.

Acordem Países-Partes, pois urge uma nova abordagem na emergência climática sobre a relação biodiversidade/uso sustentável dos recursos naturais/ populações tradicionais. É preciso trazer novas possibilidades a esses povos, que hoje se vêem cerceados de gozar direitos territoriais, considerados pela Constituição Federal Brasileira como fundamental e essencial à vida de qualquer ser humano.



V. Considerandos finais para a COP26:

Ouçam-nos, comunidades, povos e governos: as estruturas pouco eficientes das Nações Unidas deverão ser reestruturadas, objetivando uma verdadeira Governança Planetária, com elementos indissociáveis de participação e controle social, com o advento de elementos reguladores globais que permitam arbitrar os conflitos entre nações, essência e gênese das Nações Unidas.

Portanto, ouçam-nos, pois se um dia o homem imaginou a linha do Trópico de Capricórnio para dividir a Terra, este Manifesto do Trópico de Capricórnio se propõe a uní-la. Este é nosso desafio desde a Rio 92, depois a Rio + 20, reuniões de cúpula sufocadas nas promessas e boas intenções que não se plasmaram na realidade -- e assim **presenciamos um estado de emergência civilizatória**, um desafio civilizacional cada vez mais difícil de levar adiante um sistema que integre todas as partes, ao invés de dividir. Porque uma parte do mundo não pode sobreviver sem a outra, assim como o ser humano não sobrevive sem sociedade e a biosfera depende de suas menores células.

Vejam: quando se encerra a COP26 neste Trópico de Capricórnio, trazemos os anseios de avistar com clareza a Constelação do Cruzeiro do Sul, que hoje empalidece dentro da névoa de poluição da cidade. Temos certeza de que o Brasil pode, como também outras nações deste Sul continente, graças à sua gente tão generosa e ao seu extraordinário patrimônio natural e cultural, um dos últimos Eldorados do Planeta, retomar seu protagonismo pós governo Bolsonaro e voltar a ser um dos atores principais neste processo de transição, rumo a um novo paradigma de civilização!

Diante da emergência climática que se consolida com a inação de muitos dos Países-Partes do G-20, responsáveis por 80% do envenenamento da atmosfera terrestre com excesso de gases efeito estufa, a justiça deve ser feita:

1 - o assumir de responsabilidades, com imediato corte da poluição da Terra por todos, especialmente dos grande poluidores;

2 - imediato apoio aos países pobres para que não sofram a devastação causada por aqueles que poluem.

Acordem e ouçam-nos, pois este deve ser, de todos os Países-Partes, o momento do solene compromisso de contribuir, de forma proativa, real e propositiva, para vencermos os efeitos nefastos da emergência climática e atingirmos um novo patamar civilizatório!

Nota: o Manifesto do Trópico de Capricórnio foi elaborado pela primeira vez por uma comissão interinstitucional das organizações do Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos que apoiaram as preparatórias para a Rio + 20, com relatoria do PROAM-Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, a partir de deliberação do Coletivo de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo.

CARTA DO POVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA, SERRA DA MANTIQUEIRA E LITORAL NORTE (SP-BRASIL) PARA A CÚPULA DO CLIMA (COP 26) NO REINO UNIDO

É consenso científico que a temperatura média do Planeta está se elevando continuamente, por influência do modo de produção hegemônico que extrapolou o limite de alterações aceitáveis do ecossistema terrestre, iniciando um processo de saturação de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, desde a eclosão da chamada Revolução Industrial, até meados deste século.

Se nada de efetivo for concretizado pelas sociedades, governos e segmentos produtivos, as temperaturas globais poderão aumentar mais de 2º C até 2050, podendo atingir a marca de 8,5º C em 2.100, o que poria em risco não só o atual patamar civilizatório, como principalmente a sustentabilidade da vida em escala global.

As maiores fontes de emissão de gases de efeito estufa estão ligadas à expansão de atividades predatórias cingidas aos monocultivos em grande escala do agronegócio, produção de carnes (proteínas) para consumo humano, industrialização desmedida, agressões às florestas tropicais, intensificação das atividades de produção e distribuição de petróleo, indústrias químicas, uso de combustíveis fósseis, consumo irrefreado de quase tudo, desde a força de trabalho humano até recursos naturais como água, solo e paisagens.

As alterações climáticas são fruto, portanto, dessa alienação derivada das contradições imanentes ao modo de produção capitalista e a forma de sociabilidade nele engendrada, que, sob a lógica da acumulação desmedida, a tudo transforma em mercadoria, principalmente os recursos naturais, contribuindo para a maior concentração de gases nocivos à atmosfera, aprofundando os severos impactos do desarranjo planetário do clima, provocando tragédias socioambientais exemplificadas no derretimento das calotas polares com aumento dos níveis e da acidificação dos oceanos; aumentando os processos de desertificação; pondo em risco comunidades costeiras; reduzindo a produção de alimentos e pesca; intensificando a insegurança alimentar; gerando a eclosão de fenômenos climáticos extremos, como tempestades, crises hídricas, enchentes, ondas de calor, incêndios florestais, deslizamentos de terra, destruindo a diversidade biológica planetária e seu inestimável patrimônio genético e intensificando efeitos negativos de pandemias como a do Covid-19.

Ressaltamos que as vítimas principais, diante da tendência à desigualdade ínsita na forma societária do capital, são as comunidades tradicionais, os agrupamentos humanos vulneráveis, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, povos originários e os que vivem nas periferias das grandes cidades, que já sentem, em seu cotidiano, as agressões produzidas pelas mudanças do clima.

Nesse contexto, e conscientes do significado das alterações climáticas e de tudo o que ela representa em termos de poderes catastróficos; conscientes, também, do negacionismo e inoperância dos atores que protagonizam a governança local e global em meio à crise climática e socioambiental em curso, que se recusam a cumprir minimamente propostas, ainda que apenas voluntárias e tímidas, como as delineadas no Acordo de Paris de 2015, que objetivam a transformação energética e redução dos processos produtivos visando manter as temperaturas planetárias em níveis sustentáveis;

O POVO DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA, LITORAL NORTE E SERRA DA MANTIQUEIRA (SP-BRASIL), através de suas várias comunidades urbanas, rurais e tradicionais, exortam os delegados da sociedade civil e integrantes dos vários governos presentes na Conferência COP 26, em Glasgow, para, como forma única de tentativa de mitigação e adaptação aos fenômenos climáticos em ascensão, à ADOÇÃO IMEDIATA DAS SEGUINTE MEDIDAS/PROPOSTAS VEICULADAS EM UMA SÉRIE DE CONFERÊNCIAS NA REGIÃO, que são:

1 - Reduzir imediatamente as fontes de energia que impliquem na emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, com intensificação de pesquisas sobre energias limpas e renováveis por todos os países, assim como subsídios fiscais para atividades que busquem energias renováveis e descarbonizem a atmosfera;

2 - Criar mecanismos de inventário transparente de todas as fontes de emissões de GEE, para devido controle social e esforços para diminuir e erradicar tais emissões;

3 - Obrigar os estados-partes a concretizar ações de adaptação e mitigação aos efeitos das alterações climáticas, com mapeamento e construção de mecanismos protetivos a todos os agrupamentos humanos vulneráveis localizados em áreas de riscos dos impactos em curso;

4 – Implementar políticas de informação à sociedade e programas de educação ambiental formal e não-formal, permitindo o aumento da consciência pública sobre as alterações climáticas e suas causas, propiciando condições necessárias para efetivar mudanças comportamentais que sejam benéficas para o meio ambiente;

5 - Adoção pelos estados-partes de ampla participação social na elaboração de políticas públicas transeitoriais visando implementar uma gestão integrada e participativa para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com a criação de mecanismos eficientes de plena participação social e o fortalecimento democrático dos mecanismos já existentes, de forma a priorizar a defesa dos interesses difusos e decisões pró sociedade e pró sustentabilidade;

6 - Adotar medidas de mitigação, compensação e de efetivo combate às desigualdades sociais, cujas mazelas estão nas raízes de inúmeras atividades humanas deletérias aos ecossistemas fundamentais;

7 - Radicalizar nos esforços para horizontalizar as democracias em escala planetária, com obrigação, pelos estados-partes, da adoção de mecanismos de consulta popular direta para todas as questões ligadas à instalação de atividades potencialmente agressivas ao meio ambiente, promotoras da crise socioambiental e alterações climáticas.

8 - Adotar, pelos estados-partes, critérios imediatos visando a desaceleração administrada do crescimento econômico, direcionando os modos de produção material e cultural das sociedades humanas para fontes de subsistência compatíveis com as dinâmicas essenciais da natureza;

9 - Impedir e combater, em todos os estados-partes, de atividades inerentes a desmatamentos e incêndios de segmentos florestais, assim como a reparação dos danos ambientais decorrentes do desmatamento promovido tanto de forma ilegal, quanto legal (com conivência dos governos para a transformação da área desmatada em setores destinados à agricultura ou à pecuária);

10 - Proibir projetos legislativos ou administrativos em todos os países tendentes a privatizar e transformar recursos naturais essenciais, como a água, em mercadorias;

11 - Obrigar os estados partes a proibir o funcionamento de paraísos fiscais em todo o planeta, que aportam recursos para lucrar de forma anônima com a degradação ambiental;

12 - Adotar, pelos estados-partes, de gestões junto às instituições financeiras internacionais e locais para proibição de financiamento de todo e qualquer projeto que implique em aumento da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, de atividades inerentes a desmatamentos e incêndios de segmentos florestais, assim como os que impliquem no desenraizamento cultural e remoções involuntárias de comunidades tradicionais e populações socioambientalmente vulneráveis;

13 - Promover/incentivar decisões administrativas baseadas no melhor conhecimento científico, de combate ao negacionismo lobístico promovido por políticos e setores da economia interessados na manutenção do “business as usual”;

14 - Cumprir imediatamente as diretrizes impostas pelas convenções internacionais sobre o clima, de proteção à diversidade biológica e de combate à desertificação, que se fazem mais urgentes diante do cenário emergencial retratado no relatório AR6 do IPCC;

15 - Mapear e proteger os elementos que compõem ecossistemas essenciais para a garantia de água em nível global e regional, a exemplo dos Rios Voadores, que alimentam, com sua regularidade pluviométrica, o interior da América do Sul a partir da Região Amazônica.

16 - Que os Estados-partes aperfeiçoem os mecanismos legais para a proteção da água e os ecossistemas associados, possibilitando maior proteção e reflorestamento para a recarga de aquíferos, proteção das áreas de mananciais e do entorno dos corpos d’água para prevenção do assoreamento e da poluição.

17 - Incentivar a proibição da extração de recursos minerais que podem ser substituídos por alternativas sustentáveis, como é o caso da areia por exemplo, além de promover a reabilitação das áreas já degradadas por ações minerárias, além de obrigar os estados-partes a concretizarem ações de proteção aos rios e recuperação da mata ciliar.

18 - Reduzir a pressão econômica sobre a natureza com a implementação de processos de economia circular nos sistemas industriais, neutralizando os impactos decorrentes do desperdício, disposição irregular e de poluição por resíduos sólidos;

19 - Obrigar os estados partes a proibir a instalação de indústrias, usinas ou a construção de vias, sem os devidos estudos de impactos ambientais, bem como obrigar a compensação ambiental efetiva na ocorrência de tais expansões.

20 - Promover a Reforma Agrária com incentivo à produção sustentável, combate ao uso de agrotóxicos e combate às monoculturas.

21 - Incentivo à criação e preservação de parques e arborização para combate às ilhas de calor, além de outras medidas de mitigação e adaptação que confirmam maior capacidade de resiliência climática e qualidade de vida para as áreas urbanas;

22 - Mitigar os efeitos nocivos da liberação de gases efeito estufa do “permafrost” na região do Ártico, instando os países detentores destes territórios que apresentem mapeamento das fontes e medidas urgentes para mitigar as emissões nessas regiões;

FORUM PERMANENTE EM DEFESA DA VIDA
MEMBRO DA COORDENAÇÃO VICENTE DE MORAES CIOFFI

NUCLEO REGIONAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE
MEMBRO DA COORDENAÇÃO GABRIEL ALVES DA SILVA JUNIOR

MOVIMENTO CONTRA A INSTALAÇÃO DE TERMELETRICA E INCINERADORES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
MEMBRO DA COORDENAÇÃO GABRIEL ALVES DA SILVA JUNIOR

CONAQ – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS –
UBATUBA - SP:
NEIMAR LOURENÇO NASCIMENTO DOS SANTOS – REPRESENTANTE REGIONAL.

ECOVITAL: ONG ASSOCIAÇÃO ECO VITAL, PRESIDENTE LILIA ANDRÉIA DE MELO LIMA

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SP – COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TAUBATE: DR. JAIRO
SALVADOR E DR. WAGNER GIRON – DEFENSORES PUBLICOS

SINDCT – SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SETOR
AEROSPAIAL: PRESIDENTE FERNANDO MORAIS SANTOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PLÁSTICAS E FARMACÊUTICAS DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS E REGIÃO: DIRIGENTE WELLINGTON CABRA

COLETIVO DESPERTA SÃO JOSÉ – FRENTE DE DEFESA DO DIREITO À CIDADE: JOSÉ MORAES BARBOSA

FORUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL: IVO POLETO – MEMBRO DO GRUPO EXECUTIVO

MOVIMENTO CONTRA A TRANSPOSIÇÃO RIO PARAÍBA SUL: MEMBROS GERSON DE FREITAS JUNIOR E SULLIVAN
MORAIS SANTOS.

COLETIVO SOMOS PARQUE BETANIA: DR.ª. DIVA PIMENTEL

KATURETE – ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM DE CAÇAPAVA: ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM KATURETÉ, PRESIDENTE
WANDERLÉIA ROCHA

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS – UAL VALE DO
PARAÍBA: RENATA BELZUNCES

DESPEJO ZERO: BENEDITO BARBOSA

MOVIMENTO EM DEFESA DO BANHADO E SUA GENTE – SJCAMPOS – SP
DAVID MORAIS

GREEN CROSS ARGENTINA E FUNDACIÓN ECOLOGISTA VERDE:
JUAN MANUEL VELASCO

COLETIVO DE AGROECOLOGIA E RESISTENCIA – LAGOINHA-SP
DANIELA FERREIRA RIBEIRO

GRUPO AGROECOLOGIA E RESISTÊNCIA DO PRÉ - ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO
EGÍDIO BRUNETTO

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA VALE DO PARAIBA
VALDIR MARTINS – LIDERANÇA REGIONAL – ASSENTAMENTO NOVA ESPERANÇA – SJCAMPOS.

MOVIMENTO CONTRA AS MONOCULTURAS DE EUCALIPTOS DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA E VALE DO PARAIBA
VEREADOR MARCELO TOLEDO

ASSOCIAÇÃO DE FAVELAS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
COSME VITOR

MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS TRADICIONAIS CAIÇARAS DA PRAIA DO PERES UBATUBA – SP
ANA FLÁVIA PINTO - PESCADORA CAIÇARA

MOVIMENTO CONTRA A INSTALAÇÃO DA TERMOLETRICA DE CANAS SP
DRA. PALÁDIA ROMEIRO

PROAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
COLETIVO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARLOS BOCUHY

Manifesto dos Ambientalistas do Sudoeste da Região RMSP para a COP26

Não há mais tempo a perder. A temperatura média da terra já ultrapassa todos os limites previstos pelos cientistas causando desastres. As emissões de CO² não foram contidas por ações dos países que fecharam o Acordo de Paris, Brasil incluso, e a continuar os níveis de desmatamentos atuais, nosso país vai acumular até 2025 1,7 bilhão de toneladas de Gases Efeito Estufa – GEE, gás responsável pelo aumento da temperatura. Geleiras derretem liberando metano e gás carbônico, perda da biodiversidade com a extinção em massa de espécies, eventos climáticos extremos afetam cidades e causam destruição e mortes. Nunca foi tão imprescindível a preservação de florestas e mananciais e por isso, nós, representantes da Sociedade Civil, organizados em Movimentos, Organizações Não Governamentais e Coletivos em Defesa do Meio Ambiente do Sudoeste da Região Metropolitana da Cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, subscrevemos esta carta em defesa de nosso território.

Vivemos em um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica do país, do qual restou apenas 12% do total original. Este bioma é simplesmente o mais rico em biodiversidade do Planeta, superando a Amazônia e constitui parte do Cinturão Verde da Reserva da Biosfera da Cidade de São Paulo, uma titularidade concedida pela Unesco a regiões de intensa importância para a preservação da biodiversidade, com chancela do Programa Intergovernamental da ONU “O Homem e a Biosfera”, e que tem grande relevância no contexto de emergências climáticas.

Nos últimos anos o bioma tem sido duramente devastado. Os fatores mais comuns da destruição são o desmatamento, a especulação imobiliária, a agricultura e pecuária intensivas e a mineração. Neste cenário, tanto a fauna quanto a flora pedem socorro.

Lutam para sobreviver pequenos felinos selvagens, macacos, preguiças, roedores de pequeno e médio porte, aves, répteis e insetos, incluindo importantes polinizadores. Do outro lado, resistem espécimes e áreas verdes, com destaque para Reserva Florestal Morro Grande, área verde de 10 mil hectares produtora de água e que abriga uma das 3 florestas negras do mundo (além da existente em Stuttgart, Alemanha, e Gramado, no Brasil), abastecendo cerca de 500 mil habitantes da Grande São Paulo. Temos também parques e represas que se interligam ao Parque da Serra do Mar, a maior área remanescente de Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

Resistindo a este cenário de destruição inclui-se, além da mata e dos animais, a preciosa água. Por aqui contamos com o Rio Embu Mirim, com mais de 30% de toda água distribuída para o Sistema Guarapiranga, que abastece 5 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo, entre outros veios e reservatórios de água, muitos deles subterrâneos. Essa água preciosa, apesar das diversas leis protetivas existentes, vem sendo sistematicamente comprometida. Por aqui convergem efluentes poluídos brutos de pelo menos 60% das casas e empresas. A concessionária de águas responsável pelo tratamento dos esgotos descumpra flagrantemente as cláusulas

contratuais firmadas com os municípios, ainda que tenha apresentado lucro líquido de R\$ 773 milhões, no último trimestre de 2021.

Infelizmente, somos um exemplo do que se repete em outras áreas do Brasil. Contudo, no Estado de São Paulo, a despeito de ações de marketing do atual governador – que visando angariar votos para sua candidatura à Presidência da República, no próximo ano, tem levantado bandeiras de defesa do meio ambiente, sem de fato estar comprometido com a causa preservacionista – a situação se apresenta especialmente grave. Isto porque o governo estadual repete a política federal, intensificando a negligência estatal. Por aqui, como no governo da União, há um acelerado e sistemático desmonte dos organismos de controle e monitoramento de áreas naturais, com ataques ao controle social, aos conselhos e comitês, aos órgãos de fiscalização e de planejamento de políticas públicas, além do desmantelamento de institutos de pesquisa. Por exemplo, foram extintos institutos centenários, imprescindíveis para o enfrentamento das Mudanças Climáticas: o Instituto Florestal, o Instituto Biológico e o Instituto Geológico.

A destruição relatada é comprovada. Dados recentes do IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, mostram que a temperatura média no Brasil aumentou 1,7°C, contrariando previsões de que aqueceríamos em nível global mais 1,5°C apenas em 2100, não sendo surpresa estarmos enfrentando a maior seca no país em 90 anos. Levantamento do Atlas da Mata Atlântica, com o aval do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apontou crescimento no desmatamento de 400%, entre 2019 e 2020.

A sociedade civil organizada segue denunciando todo este triste estado de destruição, mesmo sob ameaças e retaliações, provocando a instauração de Inquéritos Policiais e gerando dados precisos para que as fiscalizações municipais tomem providências. Apesar disso, as devidas providências não são tomadas e a destruição continua dia-a-dia.

Diante desse cenário tão desfavorável que nos atinge, assim como em todo país, consequência de um sistêmico retrocesso ambiental orquestrado pela ação dos atuais governos, aliados a grupos econômicos de matriz predatória e espoliadora, marcada pela insustentabilidade, pela destruição da participação popular e do controle social dos processos, a Sociedade Civil organizada de nossa Região vem pedir ajuda junto ao Ministério Público e ao Judiciário, por meio da atuação das Organizações Não Governamentais de Defesa do Meio Ambiente, quanto:

- Ao cumprimento das Leis de Defesa do Meio Ambiente;
- À Implementação da Fiscalização Integrada, determinada por nossa Lei Específica de Proteção de Mananciais, que prevê os instrumentos de vigilância e controle para coibir os crimes ambientais que tomam conta do nosso território;
- À Lisura nos licenciamentos ambientais e audiências públicas para empreendimentos de grande impacto, como mineradoras, galpões de logística e grandes empreendimentos imobiliários;

- À criação de Reservas, Parques e Áreas de Proteção Ambiental para a preservação de nossa fauna, flora e mananciais, em especial a criação do o Parque Estadual do Morro Grande, integralmente na área correspondente à Reserva Florestal do Morro Grande e a Área de Proteção Ambiental – APA Corredor Sudoeste, que protegerá os corredores ecológicos da fauna silvestre em nossa região;
- Ao retorno ou fortalecimento dos Institutos de Pesquisa, fonte de informações preciosas para enfrentamento das Mudanças Climáticas;
- Ao fortalecimento da participação da sociedade civil nos Comitês e Conselhos
- Ao contrapondo ao Retrocesso Ambiental e aos Projetos e Lei anticonstitucionais que fragilizam os instrumentos de proteção do meio ambiente;
- Ao contrapondo ao desmantelamento dos organismos de monitoramento e controle que dão suporte à fiscalização ambiental.

Precisamos ampliar a defesa de nossas cidades do Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, em favor da preservação, exigindo o cumprimento das leis, por nossa própria sobrevivência e das demais espécies. Precisamos de nossas matas em pé para garantir o fornecimento de água para a Grande São Paulo, para o amortecimento do calor, melhoria da qualidade do ar, produção de alimentos e garantir meios de sobrevivência à população mais vulnerável, em meio à Emergência Climática. Nossa defesa é imprescindível neste momento. O Brasil tem que desempenhar seu papel de protagonista na preservação planetária e faremos a nossa parte.

Nós, representantes da Sociedade Civil, organizados em Movimentos, Organizações Não Governamentais e Coletivos em Defesa do Meio Ambiente do Sudoeste da Região Metropolitana da Cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, subscrevemos esta carta em defesa de nosso território.

Adriana Abelhão - Preservar Itapecerica - Itapecerica da Serra

Rodolfo Almeida - Sociedade Ecológica Amigos de Embu das Artes

Helga Grigorwitschs - Movimento Salve o Morro Grande

Elenita Rodrigues - Cooperativa de Reciclagem Recicla Vera Cruz de Itapecerica da Serra

Fábio Sanches - Coletivo PanVerde - Cotia

Rafael Ribeiro - Instituto Ixixa de São Lourenço da Serra

Marcos Ummus - Rede Mosaico - Cotia

Apoio: Proam – Instituto de Proteção Ambiental

EVENTOS REALIZADOS PARA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE À COP26 EM 2021



**JORNADAS
PREPARATÓRIAS**

01-12 NOV 2021
GLASGOW

COP26

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

**VENHA DEBATER
COM ESPECIALISTAS
E MOVIMENTOS
SOCIAIS AS
VULNERABILIDADES
AMBIENTAIS E
SOCIAIS DO VALE DO
PARAÍBA!**

*Ainda é possível agir!
Faça a sua parte!*

**HOMENAGEM A
RICARDO FERRAZ**



Ambientalista do Vale do Paraíba

**EMERGÊNCIA
CLIMÁTICA**

25/08 19:00 - 22:00
YOUTUBE do PROAM

Organização e apoio:



Link para acesso:
<https://youtu.be/bh6YXU4jcaK>

**JORNADAS
PREPARATÓRIAS**

01-12 NOV 2021
GLASGOW

COP26

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

**VENHA DEBATER
COM OS
MOVIMENTOS
SOCIAIS AS
VULNERABILIDADES
AMBIENTAIS E
SOCIAIS DO VALE DO
PARAÍBA!**

*Ainda é possível agir!
Faça a sua parte!*

Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=mZhPh3ZBr6I>

**EMERGÊNCIA
CLIMÁTICA**

**NA PERCEÇÃO DOS
MOVIMENTOS
SOCIAIS**

08/09 19:00 - 22:00
YOUTUBE do PROAM

Organização e apoio:





**Água
e Paz
Sem
Fronteiras**



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

**NA PERCEÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS
DO VALE DO PARAÍBA**

Organização e apoio:



01-12 NOV 2021
GLASGOW

COP26

IN PARTNERSHIP WITH ITALY



Jornadas Preparatórias para a Conferência COP 26

Transmissão pelo Youtube do PROAM
23 de Setembro - 19:00



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA no ESTADO DE SÃO PAULO: DESAFIOS E SOLUÇÕES



Carlos Bocuhy - Yara Schaeffer-Novelli - Patrícia Bianchi - Rodrigo Cella - Cláudia Ferreira
Vilázio Lellis - Jairo Salvador - Helena Dutra - Vicente Cioffi - Gustavo Armani - Fernando Araújo



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA BRASIL

DESAFIOS E SOLUÇÕES

6/10 19:00

YOUTUBE DO PROAM

CARLOS BOCUHY - CÉZAR V.E.SANTO - VITOR COMAR
CLEMENTE COELHO JUNIOR - CRISTINA SEIXAS GRAÇA
LISIANE BECKER - MARCUS V. POLIGNANO
YARA SCHAEFFER-NOVELLI

LIVE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

DESAFIOS DO SUDOESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

HELGA GRIGOROWITSCHS

RODOLFO ALMEIDA

ADRIANA ABELHÃO

FÁBIO SANCHEZ

ELENITA RODRIGUES

MARCOS UMMUS

FERNANDA MENNA

CARLOS BOCUHY

**Diálogos Capitais
Webinar**

**Mudanças
Climáticas**

Dia 10/11 às 18 horas

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E AS PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

RICARDO GALVÃO
Professor de física da USP
e ex-diretor do Inpe

CARLOS BOCUHY
Presidente do PROAM

LUIZ MARQUES
Historiador e autor
do livro "Capitalismo e
Colapso Ambiental"

Inscreva-se em: dialogoscapitais.com.br
E ganhe: e-book + certificado + assinatura Carta grátis!

Patrocínio:

Parceiro:

Apoio:

Diálogos Capitais
Webinar

Mudanças
Climáticas

Aquecimento global: o papel das instituições e do Brasil diante das mudanças climáticas

de 10 de novembro a 7 de dezembro

Dia 10/11

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
E AS PERSPECTIVAS PARA
OS PRÓXIMOS ANOS

Dia 16/11

QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL
DIANTE DO DESAFIO DAS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

Dia 23/11

O PODER PÚBLICO E O
MEIO AMBIENTE

Dia 30/11

AMAZÔNIA: ENTRE
A SOBERANIA, A
PRESERVAÇÃO E O
PATRIMÔNIO MUNDIAL

Dia 7/12

COP-26: A CIÊNCIA E O
CONHECIMENTO VÃO
SALVAR O PLANETA?

Sempre às 18 horas

PALESTRANTES CONVIDADOS:

Alexandre Gaio, Carlos Bocuhy, Carlos Nobre, Guilherme Leal, Heiko Thoms, Herman Benjamin, Jaques Wagner, Luis Fux, Luis Marques, Marina Silva, Mauro O. de Almeida, Ricardo Galvão, Ritaumaria Pereira, Tadeu Babaró e Yara Schaeffer-Novelli.



Parceria:



Online e Gratuito. Faça a sua inscrição no site:
dialogoscapitais.com.br

